

JORGE DIAS

**OS MACONDES DE MOÇAMBIQUE. VOL. I:
ASPECTOS HISTÓRICOS E ECONÓMICOS
(INTRODUÇÃO DE RUI PEREIRA)**

Lisboa, CNCDP/IICT, 1998.

Jorge Dias foi sem dúvida uma das mais importantes figuras da antropologia portuguesa do século XX. Essa sua importância deriva, por um lado, do trabalho de renovação da pesquisa antropológica sobre Portugal que ele empreendeu. Remontando à segunda metade dos anos 40, após o seu regresso da Alemanha, esse trabalho teve três facetas principais. A mais conhecida é sem dúvida a que se prende com a realização dos primeiros estudos de comunidade em Portugal (*Vilarinho da Furna, Uma Aldeia Comunitária*, 1948; *Rio de Onor, Comunitarismo Agro-Pastoril*, 1953). Simultaneamente, apoiado na metodologia da “extensive survey”, Jorge Dias desenvolveu o mapeamento e estudo sistemático das tecnologias tradicionais portuguesas. Prosseguida pelos seus colaboradores – em particular por Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira –, essa pesquisa encontra-se na origem de um conjunto invulgarmente amplo de monografias que ainda hoje constituem uma referência fundamental para a reconstituição da ruralidade portuguesa nos anos que antecederam o “boom” emigratório da década de 1960. Finalmente, são também da autoria de Jorge Dias os primeiros grandes estudos de síntese da cultura popular portuguesa no seu conjunto. Um desses estudos, de resto – *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa* (1955) –, continua a ser uma referência frequentemente invocada nos debates recentes sobre a identidade nacional portuguesa.

A par da renovação da pesquisa antropológica sobre Portugal, Jorge Dias foi também uma figura decisiva no processo de emergência de uma antropologia orientada para o estudo das sociedades e culturas das ex-colónias portuguesas, na segunda metade dos anos 50. A importância da “descoberta” – embora tardia – desse terreno deve ser sublinhada. De facto, embora Portugal se definisse nominalmente como uma potência colonial, não é entretanto possível falar, ao longo do período que medeia entre os anos 70 do século XIX e o fim dos anos 50 do século XX, de uma tradição consistente de estudos de antropologia cultural e social centrada nas sociedades e culturas

das ex-colónias. Como é sabido, a afirmação da disciplina antropológica em Portugal a partir de 1870 ocorreu basicamente em torno de estudos de natureza etnográfica e/ou etnológica orientados para a cultura popular portuguesa de matriz rural, de acordo com pressupostos ideológicos ligados à afirmação da identidade nacional. Recorrendo à terminologia de George Stocking (“Afterword: A View from the Center”, *Ethnos*, 1982), pode-se dizer que em Portugal, apesar da existência de colónias e da inexistência de um problema nacional, a antropologia se desenvolveu historicamente como uma *nation building anthropology*, e não – como nos restantes países europeus onde prevalecia uma situação aparentemente homóloga à portuguesa (Grã-Bretanha e França, por exemplo) – como uma *empire building anthropology*.

É com Jorge Dias que este autocentramento da disciplina antropológica em torno de Portugal é de alguma forma posto em questão. A monografia sobre os macondes do Norte de Moçambique é justamente o marco central desse processo de viragem da antropologia portuguesa para África. Editada inicialmente entre 1964 e 1970, em quatro volumes da autoria de Jorge Dias (*I Vol. Aspectos Históricos e Económicos*, 1964), Jorge Dias e Margot Dias (*II Vol. Cultura Material*, 1964; *III Vol. Vida Cultural e Social*, 1970) e Manuel Viegas Guerreiro (*IV Vol. Sabedoria, Língua, Literatura e Jogos*, 1966), *Os Macondes de Moçambique* constitui, por essa razão, uma das peças fundamentais não apenas da obra de Jorge Dias, mas do próprio percurso histórico da antropologia portuguesa.

A sua reedição, numa iniciativa conjunta da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e do Instituto de Investigação Científica Tropical, deve pois ser saudada. Alguns dos volumes da edição original há muito que se encontravam esgotados e, no quadro recente de reedições da obra de Jorge Dias e dos seus colaboradores, esta era uma lacuna que se impunha preencher. Em conjunto com outras iniciativas – entre as quais se destaca o trabalho de levantamento, catalogação e estudo dos filmes etnográficos de Margot Dias entre os macondes, realizado por Catarina Alves Costa no âmbito do Museu Nacional de Etnologia (*Guia para os Filmes realizados por Margot Dias em Moçambique 1958/1961*, 1997) –, a reedição do volume I de *Os Macondes de Moçambique* contribui para dar uma

merecida visibilidade a uma das facetas mais importantes do trabalho de Jorge Dias e dos seus colaboradores.

O volume agora reeditado beneficia de uma excelente introdução de Rui Pereira, autor de estudos anteriores sobre a “experiência africana” de Jorge Dias, que problematiza o contexto em que ocorre essa viragem tardia da antropologia portuguesa para África. Três pontos são centrais na argumentação de Rui Pereira.

O primeiro prende-se com o esclarecimento do desinteresse da etnografia e da antropologia cultural e social portuguesas por África no período – longo – que antecede a investigação de Dias e dos seus colaboradores entre os macondes. Como sublinha Rui Pereira, esse desinteresse contrasta com o empenhamento evidenciado por disciplinas como o antropobiologia e a antropologia física e é explicável quer em função do carácter “subdesenvolvido do colonialismo português” (p. XI), quer em função das políticas concretas implementadas pelo estado português nas ex-colónias, com particular destaque para o período do Estado Novo. A este propósito Rui Pereira enfatiza as estreitas ligações entre o desenvolvimento da antropobiologia e da antropologia física e “a necessidade de quantificação da força de trabalho indígena” (p. XLVII) subjacente ao projecto de exploração intensiva da mão-de-obra indígena do colonialismo português ao longo da primeira metade do século XX. No seguimento de Alfredo Margarido (“Le Colonialisme Portugais et l’Anthropologie”, *Anthropologie et Impérialisme*, 1975), põe ainda em evidência a contradição entre o projecto assimilacionista e o desenvolvimento de estudos antropológicos.

O segundo ponto que ressalta da análise de Rui Pereira relaciona-se com a caracterização minuciosa da conjuntura política na qual se inscreve a viragem africana de Jorge Dias. De acordo com Rui Pereira, é a partir da reorientação da política colonial portuguesa que ocorre na segunda metade dos anos 50 – no rescaldo da Conferência de Bandung – que se torna não só possível mas necessário o desenvolvimento de estudos de natureza antropológica nas ex-colónias, de forma a proporcionar às autoridades coloniais portuguesas os meios para “gerir política e socialmente as consciências das populações africanas” (p. XXIV), na tentativa de impedir o desenvolvimento de um clima favorável às aspirações independentistas.

É nesse novo contexto – dominado politicamente pela figura de Adriano Moreira – que é criado, em 1956, no quadro da Junta de Investigações de Ultramar, o Centro de Estudos Políticos e Sociais, no âmbito de cuja Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, Jorge Dias irá desenvolver a sua pesquisa sobre os macondes.

O terceiro ponto, por fim, tem a ver com a ligação mais precisa entre a pesquisa de Jorge Dias e alguns dos aspectos centrais da política colonial portuguesa a partir da segunda metade dos anos 50. Apoiando-se nos relatórios escritos por Jorge Dias no termo das suas sucessivas campanhas entre os macondes – que tiveram uma circulação política restrita, tendo permanecido até hoje inéditos –, Rui Pereira mostra de forma convincente as articulações efectivamente existentes entre a pesquisa de Jorge Dias e as preocupações oficiais de caracterização e avaliação da situação política e social que se vivia então no planalto maconde. Fá-lo entretanto de forma duplamente equilibrada, resistindo à tentação – em que outros autores já caíram – de simplificar a questão, procurando, ao contrário, expor as suas complexidades. Essas complexidades exprimem-se, por exemplo, no sentido frequentemente crítico que, nos seus relatórios, Jorge Dias – em contradição com o tom declaradamente apologético e “lusotropicalista” empregue em textos e intervenções de carácter público – emprestou aos comentários sobre o colonialismo português tal como ele o pôde surpreender no terreno. Mas exprimem-se também no modo como Jorge Dias, colocado numa situação de “antropologia colonial aplicada”, acabou por coordenar e co-redigir uma monografia marcada por preocupações descritivas e teóricas que se situavam fora desse quadro. Como sublinha Rui Pereira, “com o decorrer das campanhas, Jorge Dias parece ter invertido a hierarquia de interesses previamente determinada por aqueles que patrocinavam a sua investigação no Norte de Moçambique, ou seja, fez ascender ao primeiro plano os objectivos eminentemente etnológicos” (p. XXXIII).

Constituindo uma imprescindível contribuição para o estudo da “experiência africana” de Jorge Dias, é entretanto pena que a Introdução de Rui Pereira não vá mais longe na exploração dos aspectos antropológicos dessa experiência, referenciando por exemplo o modo de construção e as opções teóricas de *Os Macondes de Moçambique* no

quadro da antropologia africanista da época. Para além da contextualização política, fica de alguma forma por fazer o enquadramento teórico da monografia de Jorge Dias. Não posso também deixar de fazer uma observação relativamente às referências bibliográficas mobilizadas no início da Introdução, quando Rui Pereira procede à caracterização genérica da antropologia portuguesa no final do século XIX e na primeira metade do século XX: as datas dessas referências não vão além de 1991, quando se sabe que nos últimos anos tem sido particularmente importante a produção de artigos e ensaios na área da história da antropologia portuguesa.

Por fim, fica uma sugestão: porque não pensar na edição dos relatórios redigidos por Jorge Dias no âmbito das suas campanhas entre os macondes? Como Rui Pereira refere, não só não é mais sustentável o clima de “incompreensível e púdic secretismo” (p. XXVIII) que tem sido por vezes criado em torno dos relatórios, como parece óbvio que da sua edição resultaria a possibilidade de um conhecimento mais aprofundado daquele que foi um dos acontecimentos mais importantes da antropologia portuguesa do período imediatamente anterior ao 25 de Abril.

João Leal

Departamento de Antropologia do ISCTE
Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)

JOÃO PACHECO OLIVEIRA (ORG.)
**INDIGENISMO E TERRITORIALIZAÇÃO:
PODERES, ROTINAS E SABERES COLONIAIS
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**
Rio de Janeiro, Contra Capa, 1998.

Dada a palavra aos Drs. Advogados da parte ré, às suas perguntas respondeu: que reafirma que, quando esteve na área em 1976, lá encontrou ainda em pé dois postos indígenas (...) um que estava ocupado por fazendeiros e outro cujas casas, em número de seis a sete estavam ocupadas por famílias indígenas, que, entretanto, esse agrupamento não caracterizava o que tecnicamente se chama uma aldeia, até porque, como consta do depoimento, os índios, em sua grande maioria, já estavam vivendo como assalariados de terceiros, e não isolados como seria próprio de uma aldeia (...).

Que tal como os demais grupamentos humanos, também entre os índios ocorreu alto grau de mestiçagem, mas essa mestiçagem não lhes retira a

condição de índios, tal como definida no próprio Estatuto do Índio, que chega a definir a categoria de índio aculturado.

Como facilmente se depreende a partir da linguagem empregue e da identidade dos intervenientes nomeados neste texto, ele reporta-se a uma situação de tribunal. Trata-se de um processo que decorreu em 1998 num estado da União Federativa do Brasil para reconhecimento de “terra indígena”. O que torna esta situação singular – para quem não conheça o contexto em causa – é que a testemunha que está a ser interrogada é uma antropóloga. Não sendo um excerto do livro aqui em recensão, ele conduz-nos com exactidão ao assunto que o livro problematiza: o papel da política indigenista na demarcação legal de terras de índios no Brasil e as implicações da antropologia nesses processos.

Partamos então deste depoimento para uma incursão na temática do livro. A primeira questão que nos é colocada é a do próprio exercício profissional desta antropóloga: ela usa a sua estadia em terreno, duas décadas antes, como prova ocular da presença de famílias de índios num espaço territorial que, hoje, eles reivindicam como seu. Mais ainda, ela refere-se a um saber “técnico” para falar da desagregação da organização social específica deste grupo, que teria perdido a capacidade de viver isoladamente “como seria próprio de uma aldeia”. Este é um assunto largamente tratado no livro em recensão. Como aí se refere, Darcy Ribeiro, nos anos cinquenta, incluía os “antropólogos” na categoria de *experts* dotados de saber técnico sobre “qual” e “quanto” território deveria tornar-se disponível para um grupo de índios. As contradições entre esta forma de conceber o conhecimento e aquela que era preconizada pela academia não deixaram de crescer, particularmente na última década, com a intensificação da tendência interpretativa da disciplina.

Articulando de forma singular uma reflexão sobre ética profissional (do antropólogo), sociologia do conhecimento e dados empíricos, resultantes de pesquisa no âmbito da situação das terras indígenas no Brasil, o livro coloca-se portanto no contexto de uma “antropologia como crítica cultural” – o que acaba por assumir explicitamente (p. 262).

Os artigos desta colectânea, à medida que nos vão dando conta das políticas indigenistas nos processos de demarcação de “terras indígenas”,

familiarizam o leitor com a natureza colonial dos saberes jurídico e antropológico nelas implicados. Desta forma, o livro torna-se uma referência importante para quem debate a questão do pós-colonialismo, neocolonialismo e situações coloniais na orgânica internacional contemporânea. Não se trata de uma abordagem abrangente do tema, mas de uma cuidada apresentação de dados e de análises do poder, nos meandros dos procedimentos burocráticos. Entre as instituições analisadas, destacam-se aquelas que, ao longo deste século, tiveram a “tutoria” sobre os índios no Brasil. Primeiro, o Serviço de Protecção ao Índio (SPI), criado em 1910, estandarte do Governo do Estado Novo brasileiro, mitificado na figura de Cândido Rondon. Depois, o organismo que lhe deu continuidade, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada em 1967, a qual foi considerada, pelo menos até à Constituição de 1988, como representante qualificada dos índios face à lei, isto é, o seu “órgão tutor”.

Enquanto colectânea, o livro apresenta uma grande coerência interna, já que dos oito artigos que contém, quatro são da autoria do organizador do volume, João Pacheco de Oliveira (um em colaboração com Alfredo de Almeida), e dois de António Carlos de Souza Lima, sendo os restantes dois assinados, respectivamente, por Lucy Linhares e Ana Azevedo. Todos resultam, para mais, de um amplo projecto de pesquisa dirigido por João Pacheco de Oliveira (Professor no Museu Nacional do Rio de Janeiro) sobre terras indígenas no Brasil (PETI).

Este livro elabora, portanto, uma vasta análise das políticas indigenistas brasileiras, no que respeita à questão fundiária. Entre o conjunto de questões tratadas, destacaria três fundamentais.

A primeira diz respeito à situação real da demarcação de terras para populações de índios no Brasil. Na avaliação da situação, Pacheco de Oliveira discrimina as cinco fases do processo de legalização da propriedade de terra indígena, da “identificação” até à “regularização”. Depois de nos explicar que é apenas nesta última fase que o título de propriedade ganha validade legal efectiva, mostra-nos – com a habitual frieza que a exactidão numérica suscita – que da extensão de terra que a FUNAI reconhecia pertencer a grupos de índios nos anos oitenta, 50,39% está ainda na fase de “identificação” enquanto só 3,88% está na fase final de “regularização”. Estes dados vêm ao

arrepio de muitas das afirmações públicas a propósito da questão fundiária no Brasil, inclusive aquelas que chegam à Europa.

Uma segunda questão refere-se à forma como o indigenismo tem tratado o requisito legal da diferenciação étnica nos processos de demarcação do território indígena. Também esta questão pode ser equacionada a partir do depoimento com que se abriu esta revisão, quando se diz que a “miscigenação” não anula a diferenciação étnica da população em causa. O livro debate largamente esta temática, tecendo uma crítica epistemológica e metodológica à forma como os “relatórios antropológicos de identificação” (analisados em alguns casos como objectos etnográficos – p. 221 e segs.) usam o conceito de grupo étnico de forma anacrónica. No artigo de encerramento, Pacheco de Oliveira defende que o aspecto conjuntural da identificação étnica faz com que ela tenha de ser avaliada, essencialmente, nos processos contemporâneos de diferenciação – e não nas forjadas continuidades etno-históricas com um tempo longínquo. Esta questão conduz-nos directamente à seguinte.

A terceira e última temática a destacar diz respeito ao papel da memória nos processos de identificação de “terra indígena”. Esta é talvez a noção que serve de epítome aos problemas levantados com estes processos de territorialização. Na página 21 transcreve-se o artigo do *Estatuto do Índio* (1973) onde fica expresso que a terra indígena deve ser reconhecida segundo um “consenso histórico” sobre a sua ocupação, desde um passado remoto, pela população que hoje a reivindica. O conjunto de equívocos etno-históricos em que os “relatórios de identificação” têm incorrido a partir desta noção é então alvo de debate. Nele acentua-se a ausência de uma crítica de fontes e a substituição do terreno pela etno-história.

Ainda no campo da memória e do seu papel nos processos da lei e da cultura, é de destacar o artigo de Ana Lúcia de Azevedo (p. 168) sobre a contraposição entre a “ideologia da verdade” das acções jurídicas, largamente assente na escrita – e desconfiada da oralidade – e a falacidade real dos “testemunhos” escritos considerados de maior validade nestes processos fundiários: as escrituras de propriedade. Esta formulação torna-se particularmente útil depois dos artigos que a precedem: o de Lucy Linhares (onde se faz uma

apresentação histórica bem documentada das leis de propriedade da terra no Brasil) e os resultados quantitativos da pesquisa efectuada por Pacheco de Oliveira. Assim, por exemplo, Pacheco de Oliveira (p. 64) mostra que a percentagem da extensão de terra ocupada (isto é, para a qual existe uma escritura de propriedade) em quatro estados da União é superior a 100% e que isso se deve ao facto de as escrituras de propriedade serem feitas mediante uma declaração oral do proprietário. É, portanto, paradoxal que, no momento de avaliar um processo de terra indígena, a escrita ganhe um valor esmagador face a qualquer recurso à memória oral, a qual mais facilmente é accionada pelo lado indígena. No entanto, os autores mostram bem a sua posição: não podemos resolver este problema forjando documentos escritos que objectivamente não oferecem rigor, tais como relatos de viagem ou outras fontes etno-históricas.

Ainda a respeito destas incongruências entre acção institucional e prática social, destacaria finalmente o artigo de Oliveira e Almeida. Nele, faz-se uma análise etnográfica do quotidiano da FUNAI, que nos permite entrar nos moldes de pensamento de uma instituição e entender a acção dos seus técnicos. Como aí se mostra, os funcionários da FUNAI são compelidos a agir segundo uma lógica SOS – de “urgência” e “catastrofismo” –, o que denuncia a real ausência de um planeamento sério de trabalho no órgão governamental mais directamente responsável pela questão indígena no Brasil.

Tendo mostrado a relevância actual desta publicação, é necessário que se faça, no entanto, um comentário crítico. Na medida em que este livro trata de questões tão permeáveis à historicidade da vida social e política, não é possível deixar de notar que os artigos nele contidos são escritos entre os finais da década de oitenta e o início da década de noventa e se reportam à analítica do exercício do poder burocrático nesse período. Assim, esperava-se que em algum momento se fizesse uma actualização de muitas das questões tratadas. Entre elas, destaca-se a da implicação profissional do antropólogo nestes processos, na medida em que esta veio a alterar-se substancialmente na década de noventa. Esta alteração é apenas referida por Souza Lima (p. 266) e por Pacheco de Oliveira (numa nota de rodapé, p. 293), sendo que noutros lugares do livro (como por exemplo nas páginas 89 e 117) ela

surge como mera sugestão para o futuro: uma maior colaboração entre a academia brasileira / universidades e os organismos de decisão jurídica. Fica-nos portanto a dúvida sobre a posição destes autores face a essa mudança da situação. Não nos é dito, por exemplo, se nestes novos moldes está finalmente a transformar-se a “impensada antropologia aplicada brasileira” (Lima: 268) numa “antropologia implicada” (expressão que adopta de Albert, 1995, cit. p. 268).

Susana de Matos Viegas
Departamento de Antropologia
da Universidade de Coimbra

ANASTASIA KARAKASIDOU
**FIELDS OF WHEAT, HILLS OF BLOOD:
PASSAGES TO NATIONHOOD IN GREEK
MACEDONIA 1870-1990**
Chicago e Londres, The University
of Chicago Press, 1997.

Este livro é a versão revista de uma tese de doutoramento apresentada na Universidade de Columbia em 1992. Desde então, as polémicas em torno das ideias que ali cabiam surgiram de vários lados, como a autora dá conta no largo prefácio e ainda num posfácio ao volume agora apresentado. Entre as ameaças extremas de nacionalistas gregos mais exaltados, as denúncias patéticas de manipulações por parte de políticos locais em busca de uma honra supostamente perdida, o nascimento muito polemizado de um novo estado – a “Antiga República Jugoslava da Macedónia” –, a cobardia dos editores da Cambridge University Press, a solidariedade de académicos importantes, *Fields of Wheat, Fields of Blood* já se tornou um “caso”. Célebre por aquela vaga de paixões que despertou, foi nomeadamente capa do *TLS* em 13 de Fevereiro de 1998, onde é tratado em artigo longo por um antropólogo – Roger Just, “The Making of Greeks. Locals into Greeks” –, recensão ajustada que agora tomo em conta.

Neste livro, de uma parte, temos uma expressão dos interesses antropológicos muito salientes que a Grécia – ao contrário de Portugal, noto de passagem – suscitou nos circuitos académicos especializados anglo-americanos na segunda metade deste século. Esta não é todavia

uma tese qualquer, um contributo relativamente anónimo para os estudos “gregos” ou “mediterrânicos” especializados, se é que esta designação muito vaga ainda resiste. *Fields of Wheat, Fields of Blood* é estudo importante, sólido, bem documentado, de antropologia histórica. Propondo uma comparação, encontrámos aqui algo do fôlego e da profundidade diacrónica que caracterizavam o trabalho célebre de Anton Blok, *The Mafia of a Sicilian Village*. Alguns dos argumentos desenvolvidos pela autora são mesmo, por momentos, similares aos de Blok. Contudo, a autora não demonstra conhecer aquele trabalho, o que se torna curioso, na medida em que sugere similitudes estruturais para o papel crucial desempenhado por mediadores locais na configuração de novas entidades políticas e culturais de âmbito nacional, ao longo do século XIX e nos princípios do século XX.

Para além da articulação política e económica de um estado – e dos bloqueios que estes processos sofreram –, tópicos que o estudo de Blok tinha favorecido no contexto siciliano, Karakasidou firma os seus interesses também num processo – muito bem sucedido, aliás – de “construção” de cultura nacional. Assim, temos um trabalho que se situa numa área de interesses ainda relativamente recente. Anote-se que a autora cita mais frequentemente E. Gellner do que B. Anderson como referência teórica importante. Sugiro, aliás, que a leitura cruzada mais esclarecedora do sentido das polémicas que marcam a vida desta monografia pode ser encontrada num título também recente, servido sensivelmente pelas mesmas referências teóricas. Falo do livro de Loring M. Danforth *The Macedonian Conflict: Ethnic Nationalism in a Transnational World* – Princeton University Press, 1995 –, onde o autor expõe a vivacidade das disputas de identificação étnica e nacional vividas por emigrantes originários da Macedónia na Austrália.

Seria suficientemente original e interessante como proposta de trabalho o conjunto de interrogações que A. Karakasidou se propunha elucidar no começo do seu trabalho – sumariamente, perceber como a partir do início dos anos 20, na sequência da Guerra Greco-Turca, os refugiados de origem grega oriundos de várias zonas que fazem parte da Turquia actual tinham aprendido a ser cidadãos gregos, a par dos habitantes originais das zonas onde reiniciaram as suas vidas,

depois do processo de “limpeza étnica” então acordado entre ambos os estados. Estas questões tinham para a autora um fundamento autobiográfico significativo, na medida em que o seu pai – turco-falante, cristão-ortodoxo, oriundo da Capadócia – fora um dos refugiados (*prosfighes*) daquela guerra, enquanto a mãe era uma “local” (*dopy*), oriunda de Tessalónica.

A familiarização com o terreno trouxe algo de muito mais interessante – e definitivamente mais polémico e incómodo para muitos –, na medida em que a autora foi desvendando um quadro muito mais complexo de possibilidades de identificação recentemente apagadas, onde o seu senso comum à partida apenas distinguia a existência de *dopy* – gregos de sempre, por conseguinte – a que se tinham somado desde a década de 20 os *prosfighes* deportados da Turquia. O olhar melhor informado pela investigação de arquivos e memórias pessoais deixou distinguida a coexistência prévia e recente de pastores e seareiros eslavos, proprietários seareiros e administradores turco-falantes, mercadores gregos e judeus, ciganos, pastores valáquios, arménios, entre outros, todos tornados “gregos” num espaço de tempo singularmente curto.

O contexto tomado para observação foi uma pequena unidade administrativa com três localidades na Macedónia, no Norte da Grécia actual. Ali, com a atenção centrada sobretudo no povoado mais importante, que sediava os arquivos – do município, da escola e da igreja –, a autora documenta as expressões localizadas do processo de “*nation building*” que se iniciou nos anos de 1870. Nesta vila tiveram expressão muito nítida as disputas de influência dos novos estados emergentes, que tentavam expandir as respectivas áreas de influência – Grécia, Bulgária e até mesmo Sérvia.

A vila de Guvenza – depois denominada Assiros, em 1927, já então integrada no estado grego – era nos meados do século passado um próspero pólo de rotas de comércio transbalcânicas, quando decaía o domínio imperial turco nesta área. Nos últimos anos do século XIX competem ali padres, professores e agitadores políticos, representando sobretudo os interesses dos estados adjacentes mais directamente envolvidos na partilha dos despojos do império otomano naquela área da Macedónia: a Bulgária e a Grécia.

Foram vários os factores que favoreceram gradualmente a predominância local dos agentes nacionalizadores oriundos da Grécia, com os quais se identificaram os interesses de uma elite local de novos terratenentes e comerciantes, de diversas origens, ali gradualmente formada. Esta, na medida dos seus interesses, envolveu-se maioritariamente no suporte dos interesses políticos de Atenas e apropriou a nova cultura nacional produzida a partir dali.

Com as disputas pela Macedónia de 1902-1908 – com o seu cortejo de guerrilhas e de terror –, e, sobretudo, quando se consolidaram novas fronteiras no fim das Guerras Balcánicas de 1912 e 1913, Guvenza pôde passar a ser pensada como localidade “grega”, habitada por “gregos”. Como a autora aclara, foi por intermédio de vários meios como a acção da escola, do exército, da política municipal – e também por intermédio de repressões sempre mais ou menos cruas exercidas pelas elite política local discricionariamente nas épocas de maior repressão e miséria no século XX – que a identidade dos seus habitantes enquanto “gregos” pôde tornar-se um lugar comum partilhado, um facto “natural” justificado por enunciados acrónicos de uma história também ela estritamente nacionalizada. Rasuraram-se outras possibilidades de identificação que até então tinham sido possíveis. É esta história de aprendizagens ora forçadas ora de bom-grado que a autora traz até aos nossos dias, acendendo de passagem polémicas muito virulentas.

Este é um texto de escrita tensa, em que a exposição das linhas de argumento mais importantes mantém, a maior parte do tempo, um registo denunciador dos processos de enculturação nacionalizadora conduzidos pelas elites locais. Não é significativa a simpatia pelos intervenientes ou pelos seus descendentes, forma de aproximação que *também* podia ter sido percorrida. Assim, porque se demonstra pouca familiaridade com as perspectivas dos habitantes locais mais activos no processo de “*nation building*” e também pouco empenho na descrição da cultura hoje partilhada nesta localidade – contrapartida do fascínio sentido pelo cosmopolitismo do século passado, sucessivamente expresso –, faltam a *Fields of Wheat* alguns dos ingredientes que nos habituámos a prezar nas melhores etnografias.

O destino polémico deste trabalho torna-o inevitavelmente simpático. Na minha opinião, é

importante pela solidez do argumento e pelas possibilidades comparativas que suscita. É exemplar também na sugestão de perigos do trabalho antropológico, para além da malária ou dos desconfortos das velhas epopeias da antropologia imperial. Assim, por estas duas razões, pode já ser tomado como um trabalho de referência no âmbito dos estudos de “*nation-building*”.

António Medeiros

Departamento de Antropologia do ISCTE
Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)

JOSÉ LUIS GARCÍA

**PRÁCTICAS PATERNALISTAS:
UN ESTUDIO ANTROPOLÓGICO
SOBRE LOS MINEROS ASTURIANOS**
Ariel, Barcelona, 1996.

José Luis García es catedrático de Antropología Social en la Universidad Complutense de Madrid y coordina un proyecto de investigación sobre seis zonas mineras españolas, cada una de las cuales es estudiada por otros tantos antropólogos españoles (todos ellos participan en el monográfico “La Minería y sus Contextos Sociales” de la revista *Antropología*, 13, Madrid, 1997). Su propio ámbito de trabajo de campo es, desde hace años, Asturias, región minera del norte de España, en donde se halla situada también la cuenca del valle de Aller, analizada en la obra que comentamos. Dicho valle fue explotado para la extracción de carbón por la Sociedad Minera Española desde finales del siglo pasado hasta 1967. El segundo Marqués de Comillas, que heredó de su padre esta empresa, muerto poco después de comprarla, ejerció un paternalismo integral que ha sido considerado como un caso único y al que tradicionalmente se ha atribuido la evolución diferencial de este valle con relación a las otras cuencas asturianas, reflejada, entre otros aspectos, en la escasa politización de sus mineros. Frente a este planteamiento, J. L. García sostendrá en esta obra que el paternalismo tiene siempre un contexto que lo hace posible y más allá del cual resulta inviable.

El paternalismo puede ser considerado como toda una filosofía orientadora de la práctica de las empresas que, en el contexto del despegue industrial, debieron atraer y preparar como mano de

obra productiva a una población de procedencia rural. La esencia de esta filosofía radica en presentar las relaciones mercantiles entre patronos y obreros, que persiguen en realidad la maximización del beneficio, como relaciones familiares orientadas por la reciprocidad.

El interés de este trabajo, como aportación antropológica concreta al estudio de este problema general, que puede atraer a especialistas y lectores diversos, consiste precisamente en que desvela con rigor y claridad las condiciones que hicieron posible esta práctica empresarial y que, en este caso concreto, según la tesis que defenderá el autor, radican en las estructuras agrícolas previas con las que se articuló y coexistió, de modo peculiar, la industrialización. Dicha tesis posee además un interés más amplio para la teoría social en general, en lo que se refiere al problema de la conceptualización de las relaciones entre la acción social y la estructura y sus papeles respectivos en la transformación de la sociedad.

La obra es una muestra excelente del proceder propio de la antropología socio-cultural y de su mirada multidimensional y microanalítica. El autor combina, en este sentido, un profundo conocimiento del presente, en el que aún son observables las huellas y consecuencias de esta peculiar industrialización, con un estudio pormenorizado del pasado. Si el primero se fundamenta en el prolongado trabajo de campo realizado en la zona en diferentes épocas – en el que ha basado otros trabajos anteriores como su *Antropología del Territorio* (1976) –, el segundo ha sido posible por el análisis de la amplia y pormenorizada documentación del archivo de la empresa, verdaderamente sorprendente por la cantidad de observaciones y detalles que recoge, en los que puede observarse innumerables aspectos de la vida cotidiana y las relaciones que la empresa mantenía con el entorno.

La estructura del trabajo, dividido en dos partes que articulan los diferentes capítulos, refleja la claridad y coherencia del argumento. En la primera parte, titulada “El Contexto Social del Paternalismo”, se analizan las condiciones del valle de Aller que, a diferencia de otras cuencas asturianas, propiciaron aquí la continuidad de las estructuras agrícolas. Se estudian con detenimiento cuales son esas estructuras, mostrando cómo actuaron como condicionantes de la minería, pero también cómo ella misma supo utilizarlas

como recurso para realizar sus objetivos empresariales. Así la eficacia de la política del Marqués de Comillas se pone en conexión con diferentes factores del contexto, sin ir más lejos, con la propia configuración geográfica del valle, cuya angostura impidió el crecimiento urbano y la formación de núcleos concentrados como los que se desarrollaron en Mieres o Langreo. Desde los primeros momentos de la industrialización, el minero de Aller será un minero mixto, que mantiene su explotación agrícola-ganadera viendo la mina como un recurso para el acceso a la propiedad de la tierra y ocupando un lugar subsidiario y complementario en su economía.

Muy ilustrativos del planteamiento de esta primera parte son los capítulos dedicados a la construcción del espacio minero, en los que el autor nos muestra, una vez más, su profundo conocimiento de las claves interpretativas del espacio como realidad social y cultural. Se nos explica cómo, por una parte, la empresa se encontró con dificultades estructurales insalvables que le impidieron construir, tal y como pretendía, un concejo minero, concebido como un espacio propio en el que desplegar la planificación empresarial y ejercer el poder sin las cortapisas de la legislación municipal y el criterio de autoridades de los tres ayuntamientos en los que se ubicaban las minas. La empresa consiguió, sin embargo, este objetivo a través de acciones que no estaban, en principio directamente orientadas hacia él, y que de acuerdo con la perspectiva teórica que defiende el autor, deben verse como resultado de las consecuencias inintencionales y sistémicas del marco estructural en el que tienen lugar dichas acciones. La creación de servicios como los economatos, las escuelas, la financiación y organización de servicios médicos y religiosos (véase la promoción que se lleva a cabo de festividad de Sta. Bárbara, patrona de la minería), se reveló como una forma eficaz de controlar el coto minero y de crear un verdadero espacio industrial superpuesto a las divisiones administrativas de las que dependía y sobre el que se produce también la identificación de los trabajadores con la empresa, más allá del ámbito estrictamente laboral.

A través de estos servicios, la empresa está presente y supervisa innumerables aspectos de la vida cotidiana y de la interacción social. Esta conexión entre lo cotidiano y lo laboral tiene su máxima expresión en la creación del poblado

minero de Bustiello. Como sucede con los otros servicios, lo que se presentaba como un don desinteresado de la empresa, ocultaba en realidad la intención de controlar y, en este caso, de atajar eficazmente algunos de los problemas endémicos de la minería, como eran las tabernas, la pretendida “indolencia”, o los conflictos entre los trabajadores y la empresa. El “poblado paternalista” concentra al trabajador en un espacio estructurado orientado a dirigir todas sus acciones: la iglesia para las actividades religiosas, el casino para el ocio bien entendido, el local para las reuniones de los círculos católicos, la Chavola de San Martín para la matanza del cerdo que junto con el pequeño huerto contribuyen a la obtención de complementos económicos que frenen las reivindicaciones salariales. Los diferentes estamentos de la empresa se plasman en la utilización de zonas diferentes y en la ubicación de las viviendas. La estructuración de este espacio es la expresión misma de la ideología paternalista y de su concepción de la empresa como una gran familia unida por los mismos intereses.

Pero la eficacia de todos estos servicios no reside sólo en el control directo que permiten ejercer sobre la vida de los obreros, sino también y de modo fundamental, por su contribución decisiva a la creación de “una imagen de la empresa” que determina la relación con el obrero. Este es, en el argumento del autor, uno de las notas esenciales de la filosofía empresarial paternalista y de sus prácticas: presentar como don lo que está en realidad movido por un interés. El valor expresivo de este juego radica en que permite reclamar en justa reciprocidad, el apropiado comportamiento por parte de sus obreros. La reciprocidad y su peculiar lenguaje es el elemento clave del sistema de relaciones sociales del mundo campesino en el que viene a insertarse el paternalismo de la empresa.

El análisis de la importancia de la reciprocidad y de la construcción de la buena imagen empresarial aparece analizado sobre todo en la segunda parte, que lleva por título “Prácticas Paternalistas”. El núcleo central de éstas prácticas consiste, según el autor, en conseguir que la economía empresarial, basada necesariamente en el intercambio, se articule con otras formas económicas características de sistemas no mercantiles, como la reciprocidad y la redistribución, y rentabilizar éstas para la obtención del máximo

beneficio empresarial. Prestaciones sociales creadas por la empresa con la intención proclamada de asistir al trabajador, como son por ejemplo la “caja de retiros” y la “caja de socorros”, son analizadas por J. L. García como manifestaciones de las formas económicas que representan la reciprocidad y la redistribución respectivamente, a través de las cuales se consiguen objetivos fundamentales para el rendimiento laboral y de este modo, la ganancia económica. La discrecionalidad con que operaba la empresa en la concesión de estas prestaciones, las condiciones que se imponían de buen comportamiento y la vinculación del trabajador y de su familia con la empresa que se logra por medio de ellas, convierten a éstas prestaciones en instrumentos para conseguir obreros preparados para rendir al máximo en el trabajo.

Sin embargo, no siempre es fácil para la empresa conseguir que sus acciones sean interpretadas en clave de generosidad. En algunos casos se trata de comportamientos en los que se hace claramente visible el puro interés empresarial. Así el incumplimiento de las medidas para evitar la enfermedad conocida como “anemia del minero”, es un claro ejemplo de actuaciones en las que la empresa ve deteriorarse su imagen a fuerza de las contradicciones que se introducen con las intenciones proclamadas.

La especialización del autor en los ámbitos de la antropología simbólica y cognitiva – para los que la obra es también una valiosa aportación – le permiten mostrarnos con maestría como se complementan las dimensiones cognitivas y simbólicas del conocimiento en la construcción de la imagen de la empresa y su aceptación social. La evocación simbólica y la referencialidad cognitiva deben estudiarse, según este planteamiento, en el contexto de la realidad social concreta. La producción de un tipo o otro de discursos, así como la posibilidad de que el actor social se deje orientar por ellos, ha de verse con relación a los intereses que entren en juego en un momento determinado.

En el último capítulo, titulado “Las Cuentas del Paternalismo”, las tres etapas que pueden ser diferenciadas según la intensidad con la que la Sociedad Ullera Española ejerció su paternalismo, se ponen en correspondencia los distintos avatares por los que atravesó el comercio internacional del carbón entre los años 1875 a 1925 y las

posibilidades o no de dar salida a la producción. La perfecta demostración del interés mercantil que orienta al paternalismo, basada en datos económicos verdaderamente sorprendentes, es casi un golpe de efecto final que no deberá hacer olvidar al lector el eje central de la obra, el estudio de las condiciones de posibilidad de esta filosofía empresarial y los instrumentos de los que se vale.

Nieves Herrero

Departamento de Filosofía e Antropoloxía Social de la
Universidad de Santiago de Compostela

GRAÇA ÍNDIAS CORDEIRO
**UM LUGAR NA CIDADE: QUOTIDIANO,
MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO
NO BAIRRO DA BICA**
Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.

Pode comentar-se um livro com outro livro? Ou com uma passagem dele? É o que acontece neste caso. Por coincidência – mas nunca se saberá bem decifrar os encadeamentos subjacentes a estas coincidências sociais e pessoais –, no mesmo ano em que se editava o primeiro livro de Graça Índias Cordeiro, o consagrado escritor José Cardoso Pires publicava um testemunho muito pessoal das suas deambulações por Lisboa, da sua visão da cidade e do seu afecto por ela. Diz José Cardoso Pires: “Mas ninguém poderá conhecer uma cidade se não souber interrogar, interrogando-se a si mesmo” (*Lisboa, Livro de Bordó. Vozes, Olhares, Memorações*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997, p. 11). A antropóloga Graça Índias Cordeiro soube fazer as duas coisas. É o que se impõe desde logo testemunhar acerca de uma obra importante no panorama da investigação em ciências sociais desenvolvida nos últimos anos em Portugal. A investigação realizada, com efeito, é pormenorizada, cuidadosa, lúcida quanto às dificuldades encontradas, persistente na recolha de informação e no respectivo exame, refrescantemente audaciosa na convocação de todas as dimensões de análise e na mobilização de todas as técnicas de investigação que lhe pareceram pertinentes em função do tema e do objecto, exemplar na explicitação das dúvidas, permanentemente auto-reflexiva.

Num certo sentido, a última coisa de que um livro precisa é que se diga o que ele diz. Precisa,

sim, de ser lido, discutido, analisado. Pode indicar-se, entretanto, de forma muito sumária, que a investigação antropológica expressa nesta obra, na qual Graça Índias Cordeiro retoma a parte principal da sua tese de doutoramento, tomou como terreno de pesquisa e horizonte de observação o bairro da Bica, em Lisboa. A autora enquadra-o na história dos bairros da capital, localiza-lhe a inserção sócio-espacial, analisa em profundidade os processos da sua construção social enquanto “bairro típico”. Do elenco de questões que o texto aborda destacam-se as ligadas à problematização dos limites de identificação do bairro e das suas subdivisões, à investigação dos trajectos migrantes e das redes sociais da população ali residente, à análise dos contextos e das práticas de sociabilidade locais, culminando, como chave de decifração, nas questões implicadas no exame das festas e das marchas populares que o bairro organiza e que, de maneira privilegiada, o constroem, perante a cidade e perante si próprio, como bairro singular.

Mas mais importante do que referir o que o livro diz será, porventura, acrescentar algumas linhas sobre como o faz, e sobre o que representa do ponto de vista das ciências sociais. Alinham-se, de seguida, alguns breves apontamentos a este respeito.

Como salienta no prefácio o antropólogo catalão Joan Pujadas, é o primeiro trabalho de fundo de antropologia urbana, na sua acepção contemporânea, publicado em Portugal. O investimento científico da autora na constituição e consolidação desta área entre nós tem, por si só, enorme importância, e o presente trabalho constitui o seu marco principal.

Sendo um trabalho minucioso sobre o bairro – ou melhor, sobre um conjunto de aspectos nele observáveis, como os acima assinalados –, Graça Índias Cordeiro tem a preocupação permanente em abordá-lo enquadrado no tempo e no espaço. Um dos exemplos mais importantes é a atenção prestada à história das marchas populares de Lisboa. Aliás, para além do lugar crucial que tem na análise do bairro, o assunto foi desenvolvido pela autora em termos mais gerais na sua tese de doutoramento, aspecto não incluído na presente obra, afigurando-se de todo em todo desejável poder-se contar, para breve, com uma publicação autónoma acerca dele.

Mas poderiam referir-se, ainda a propósito desta preocupação de não confinamento isolacionista do objecto de estudo e do terreno de observação, outros aspectos, como o processo de sucessão de gerações, com os seus percursos migratórios e o estabelecimento dos seus laços sociais, ou como a constituição da cidade, no seu todo, como quadro social, como sistema de redes e dinâmicas sociais, bem assim como espaço de representação de identidades bairristas. Sublinhe-se que a antropóloga desenvolve em simultâneo dois esforços integrados: entra a fundo no íntimo do bairro, das suas relações sociais, das suas formas culturais, do quotidiano das pessoas que ali habitam; mas, ao mesmo tempo, ciente de que não vivem ali numa redoma, procurou romper com concepções de isolamento que não têm contrapartida efectiva em (erradamente supostos) isolamentos sociais.

O livro em apreço é uma obra assumidamente oriunda das ciências sociais. Trata-se, antes de mais, de uma análise científica – expressão sujeita a ambiguidades e más interpretações, e até ultimamente causadora de um certo mal-estar entre alguns dos que, por outro lado, não hesitam em inserir-se no âmbito institucional da sua prática. O trabalho de Graça Índias Cordeiro apresenta, no entanto, sem complexos, os dois atributos principais que, conjugados, melhor permitem classificá-lo como tal. Procura conhecer de maneira sistemática, profunda, sujeitando aquilo que diz a um duplo filtro: o da teoria (presente na bibliografia de referência antropológica, e não só) e o da observação (minuciosa, cuidadosa, tão completa quanto possível, trabalhando com métodos aferidos). Tudo isto com grande profissionalismo, num registo onde estão ausentes as certezas vagas, apriorísticas ou doutrinárias, mas em que, pelo contrário, se cultiva a capacidade de diálogo com o que de mais interessante se fez e se faz nas ciências sociais.

Na procura de desenvolver a análise e compreender o seu objecto, a autora não se deixa intimidar por fronteiras do saber preestabelecidas, muitas vezes com fundamentos mais institucionais do que cognitivos. Recorre a contributos da sua área científica, a antropologia, mas também de outras, sobretudo da história e da sociologia. Sem perder especificidade disciplinar, consegue enriquecer a análise com esses contributos, trabalhados, aliás, com grande mestria.

Também no plano das técnicas de investigação isso se passa. É assim que, para além da observação etnográfica, no contexto do bairro, pratica, por exemplo, a análise documental de jornais (em especial para o estudo das marchas populares), ou a pesquisa de registos de nascimento e baptismo ou, ainda, a análise sociográfica dos recenseamentos gerais da população (num caso e noutro, para reconstruir as redes sociais constituídas no bairro e as trajetórias sociais que a elas conduziram).

Um último traço em que o posicionamento analítico e pessoal de Graça Índias Cordeiro bem se exprime – e que faz jus ao título da colecção que agora publica o seu trabalho, a colecção “Portugal de Perto”, dirigida por Joaquim Pais de Brito – é a forma como se aproxima das pessoas da Bica, como as observa de perto, como dialoga com elas e, ainda, como repetidamente lhes dá voz, na melhor tradição das ciências sociais. Tradição essa em que se sabe que o universo social é atravessado por múltiplas desigualdades e que não é incompatível com a procura de rigor analítico o respeito profundo pelas pessoas com que se contacta no estudo dos fenómenos sociais e a preocupação de contribuir para repor nalguma medida, mesmo que limitada e parcial, o balanço das falas e dos silêncios. Contribui-se assim – é também o que este livro faz – para o diálogo alargado entre pessoas, grupos sociais e formas de cultura.

António Firmino da Costa
Departamento de Sociologia do ISCTE
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (ISCTE)

BENJAMIM PEREIRA
TECNOLOGIA TRADICIONAL DO AZEITE
EM PORTUGAL

Idanha-a-Nova, Centro Cultural Raiano, 1997.

No pequeno texto de abertura da *Alfaia Agrícola Portuguesa*, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira explicam que não abordavam ali “o estudo de certas actividades também ligadas à vida agrícola – o vinho, o azeite, o leite, a cortiça, o figo, a amêndoa, etc. – já porque, sendo de natureza especial [tencionavam] tratá-los isoladamente, já porque, relativamente a

algumas delas, prevalecem aspectos técnicos da transformação” (1983 [1977]: 7).

O azeite estava assim previsto como objecto de um estudo isolado, à semelhança de outras monografias entretanto realizadas, e de que são exemplos *Os Sistemas de Moagem* (1965-1983), as *Construções Primitivas* (1969), as *Actividades Agro-Marítimas* (1975) e o *Linho* (1978), para só referir algumas das que têm Benjamim Pereira como co-autor, mas às quais haveria de adicionar-se – até pelo facto de serem de autoria exclusiva de Benjamim Pereira – a série de estudos dedicados aos têxteis, publicados entre 1960 e 1985, os dedicados a máscaras, publicados entre 1973 e 1986, e ainda o livro sobre serração das madeiras, em 1970. É pois nesta sequência que surge em 1998, apesar de editado desde 1997, esta *Tecnologia Tradicional do Azeite em Portugal*.

A leitura deste que é o mais recente trabalho de Benjamim Pereira obriga desde logo a considerar o duplo plano em que a obra se situa. Dado como catálogo de um núcleo museológico, ele ultrapassa essa função circunstancial, consistindo principalmente na concretização de um projecto anterior do Centro de Estudos de Etnologia (CEE). Mesmo na sua função de catálogo, ele é-o para “um museu que não é museu”, nas palavras do prefácio de Joaquim Pais de Brito, já que se reporta ao núcleo de Proença-a-Nova do Centro Cultural Raiano, conjunto cujas funções, programa e vocação ultrapassam os objectivos habitualmente mais restritos de um museu.

Por outro lado, enquanto concretização de um programa de etnografia sistemática de uma tecnologia tradicional, este trabalho, seja pela natureza própria que a história do azeite e da oliveira lhe inculcaram, seja pelas circunstâncias em que os trabalhos de campo foram realizados, desdobra-se sobretudo na região da Beira Baixa, justificando desse modo o contexto editorial que de algum modo também ultrapassa.

O livro abre com um breve enquadramento histórico da progressão e do declínio da oliveira em Portugal, passando logo à descrição dos processos de apanha e entulhamento da azeitona, com particular atenção às implicações sociais e cerimoniais que envolviam, desde as migrações internas que induziam, até à própria vida desses ranchos, pelos olivais, aos momentos festivos da safra e ao jogo de relacionamentos e interdependências que marcavam com os proprietários e que

envolviam direitos e obrigações como o acesso ao “rabisco”, as refeições cerimoniais ou outras prestações ainda em alimentos ou serviços. O livro prossegue pela ordem própria do processo de fabrico do azeite, acompanhando os sucessivos elementos técnicos envolvidos: pios, galgas e os seus processos de accionamento, sistema de prensagem, processos de decantação e utensílios implicados, como seiras e caldeiras.

Segue-se então o “Fabrico de Azeite”, capítulo axial de todo o livro. Nele encontramos intimamente entrosada a descrição técnica do funcionamento dos mecanismos com a das “técnicas de corpo” que envolvem, remetendo para as dimensões práticas deste fabrico, mas também para as suas dimensões económicas, políticas, históricas, ecológicas, comparando diferenças e semelhanças que se estendem de Arcos de Valdevez à Serra do Caldeirão.

Por fim, depois de se recuperar de um texto anterior os aspectos centrais do significado sociológico e humano do trabalho dos lagares, nomeadamente o dos barrosões no Alentejo, e enquanto se vai referindo os regimes jurídicos da gestão dos lagares, o capítulo aponta (p. 124) a importância de um factor como o “gosto” na explicação da persistência de processos arcaicos de extracção, sempre muito censurados e nunca completamente explicáveis pelos constrangimentos sociais e jurídicos que se impuseram historicamente aos lagares.

Adiciona-se ainda um capítulo registando as memórias de oito pessoas que, em diferentes posições, trabalharam em lagares do concelho de Idanha-a-Nova, concluindo-se com uma descrição dos dois lagares que integram o Centro Cultural Raiano.

Em epílogo, o texto de Benjamim Pereira retoma a reflexão e o sentido interpretativo para que ao longo de toda a obra a sua etnografia foi apontando. Mais do que a exacta compreensão das técnicas, neste livro temos a experiência vivida delas, questionada tanto quanto a implicação humana e a sensibilidade poética permitem explorar numa etnografia. Os objectos surgem com rostos e nomes agarrados a eles, vivem em memórias pessoais e não apenas no anonimato das taxinomias, e interpelam não só as diversidades do território por onde se distribuem, mas também o frágil universo dos valores tácitos em que as vidas humanas fazem socialmente sentido. Nele é

possível aperceber a longa afinação de um método de trabalho e de uma maneira de construir os objectos científicos e o seu enquadramento histórico e sócio-económico, sem prejuízo de um olhar próprio, a um tempo rigoroso e poético, atento à profusa variedade dos detalhes, cuidando da autonomia do registo fotográfico e desenhado, e apurando uma sensibilidade antropológica que o leva a visar sempre o sentido humano das experiências materializadas nos objectos, nas suas marcas físicas e nas memórias que desfiam.

Esta dimensão, que atravessa todo o texto, dá um brilho muito particular a este livro e chama a atenção para as notáveis fotografias e desenhos que o integram. A tradicional riqueza gráfica dos trabalhos da equipa do CEE habituou a tomar os desenhos de Fernando Galhano e as fotografias de Benjamim Pereira como registos de exactidão e sentido próprios em relação aos textos, de que não são simples ilustração apenas. Aqui, a notável colecção fotográfica e de desenhos, agora reunindo outros autores, como Luís Pavão na fotografia, Manuela Costa e Paulo Longo no desenho, contribui muito para elucidar os sistemas mecânicos, e sobretudo para traduzir essa experiência humana do ambiente denso dos lagares.

O livro está construído em diálogo permanente entre ambos os registos – o da escrita e o da imagem –, e só é pena faltar-lhe mapas e um índice remissivo que ajude a avaliar a dimensão comparativa e territorial de um trabalho que remete para outros levantamentos cartografados e para um longo processo de recolhas e observações.

Todavia, se este livro é situável numa sequência, a sua ocasião não deve ser tomada nem como um atraso, nem como um anacronismo. As técnicas de prensagem (seja para vinho, azeite ou cera), como notou Charles Parain (*Outils, Ethnies et Développement Historique*, 1979 [1962]: 265), não mereceram tantas atenções dos investigadores como o arado ou a charrua, apesar de – ou por causa de – terem a sua história tão intimamente ligada a contextos económicos e sociais complexos (ibidem: 281).

Particularmente no caso das prensas de azeite, as dificuldades de sistematização geográfica, histórica e agronómica agravam-se. Podendo encontrar-se-lhe referências recuáveis a Fenícios e Cartaginenses (p. 13), o azeite marcou a paisagem portuguesa de forma geral no território só a partir

do séc. XVIII, altura em que transpõe expressivamente limites ecológicos e sócio-económicos que lhe confinavam a cultura ao Centro e a partes do Sul. E já hoje relança-se numa imagem de produto de excelências e de raridades.

O azeite releva de escalas económicas muito díspares, indo do fabrico manual doméstico, tal como é atestado para a serra algarvia, até ao afrontamento entre sectores da indústria agroalimentar internacional com reflexos directos, imediatos quase, na vida de cada produtor individual.

Foi, até há poucas décadas, um recurso indispensável à manutenção da vida doméstica, fosse como alimento, conservante, combustível, remédio, cosmético, quase moeda, símbolo chave de representações do sagrado, sem contar com as utilidades dos seus subprodutos para saboaria, alimentação de gado ou adubo. Ao mesmo tempo, foi questão de Estado, alvo de estratégias de alcance fiscal, factor de atrito entre poderes sociais e grande mobilizador de migrações internas.

Foi também motivo de desentendimentos e perplexidade. A sua produção, supondo uma aplicada sequência de soluções técnicas racionalmente exigentes, surpreendia sempre pelo absurdo da sua realidade: não haverá produção chave de sociedade rural que tenha sido tão espantosamente repreendida nos seus modos e tão persistentemente relutante à sua respectiva correcção (cf. Maria Carlos Radich, *Agronomia no Portugal Oitocentista*, 1996).

A duração do arcaísmo técnico desencadeia questões clássicas. Que cálculos sustentaram tanto tempo a manutenção de tantos lagares? A lógica da pequena agricultura familiar, da pulverização do minifúndio, da pressão sobre os rendimentos marginais das casas, não pode deixar de explicar genericamente a correspondência entre o facto de “...40% do património olivícola se encontrar sob a forma de oliveiras dispersas” (Fernando O. Baptista, *A Política Agrária do Estado Novo*, 1993: 256) e de ser em regiões mais defendidas na exploração familiar que se encontram as referências etnográficas mais ricas. É esta multidão de oliveiras, a que se não dedicam mais do que cuidados mínimos, custando esforços redobrados na apanha, dando rendimentos incertos e baixos, que alimentou tantos lagares tradicionais e que produziu o pequeno azeite para a casa, o qual, sem vagar para as demoras burocráticas dos benefícios

estatais ou cooperativos, era logo vendido ao preço do primeiro comprador à porta.

Mas não bastará a clássica conexão entre forças produtivas e relações de produção para esgotar a compreensão do universo de existência destes lagares, e menos ainda supostos apegos à tradição. Algo como os “perfis étnicos específicos”, de que fala Parain, tornam-se indispensáveis à compreensão da complexidade de factos que a etnografia regista (Antoine Casanova, in Parain, *Outils, Ethnies et Développement Historique*, 1979: 14). As memórias pessoais que Benjamim Pereira relata (pp. 128-134) permitem que o leitor tenha acesso às existências humanas onde os objectos faziam sentido. Estas, apesar do papel fundamental que desempenhavam na construção etnográfica, raramente eram reveladas nos trabalhos anteriores do CEE, fosse por um escrúpulo de exactidão que pudessem embaraçar, fosse como preço de um distanciamento face ao ruralismo piegas ou místico da literatura naturalista. Neste trabalho, o testemunho poético vem ajudar a concretizar os tais “perfis étnicos específicos” de Parain.

Não foi assim a “inércia tecnológica ou ausência de sentido quantitativo da sociedade rural” que assegurou o “predomínio [das técnicas tradicionais de prensagem] sobre as mecânicas até aos anos 50”, mas sim um “conceito de vida e de produtividade que tinha as suas lógicas próprias” (p. 156).

Ora, precisamente, o livro de Benjamim Pereira entrega-nos mais do que a síntese dos enquadramentos históricos, sociais e económicos, e mais do que a rigorosa descrição dos sistemas mecânicos dos lagares. Entrega-nos uma compreensão de múltiplos aspectos desse “conceito de vida e de produtividade” que se “apaga discreta e inexoravelmente” (p. 153), deixando claramente apontado o objecto humano que é chave da compreensão do absurdo residual que parece sobrar sempre, uma vez feita a inspecção racional – seja do sistema produtivo que converge nos

lagares toscos e arcaicos, seja das obstinadas preferências de gosto no azeite, seja da persistência de efeitos que produz o ambiente, a um tempo repulsivo e cativante, dos velhos lagares que desaparecem. Esse objecto humano que se revela na tão castigada abjecção dos lagares, como “verdadeiros antros, infectos e imundos” (p. 153) na sua escuridão; nas exalações escaldantes dos caldeiros e enceiramentos; na promiscuidade que avizinha os animais de tracção ao extracto superlativo que era o azeite; nos corpos suados e esforçados; na untuosidade e no ranço imiscuídos em tudo. E também nas expectativas suspensas sobre a funda da azeitona, a competência do mestre, as suspeitas e as solidariedades que faziam desconfiar dos “infernos”, para onde se escoaria talvez mais do que a água ruça, ao mesmo tempo que se procurava na partilha comensal conquistar equilíbrios onde as posições estratégicas estavam tão diferenciadas. Ainda aquele que se revela nas funções que as aparentes disfunções sociais cumpriam em meios restritos onde todos permaneciam à vista de todos e a fome, fosse a própria ou a alheia, era sempre um perigo. Assim, o rabisco da azeitona, a redescantação das águas ruças, a refunda do bagoço, iam deixando folgas para algum acesso de todos ao condimento, ao meio de pagamento de uma renda, à própria luz de uma candeia em casa.

Em cifra de todo este universo a que o livro de Benjamim Pereira nos dá acesso, fica a imprecisável qualidade do sabor de cada azeite, que opunha às preferências de norma pela “finura” e baixa acidez as preferências tradicionais por um azeite saboroso, mesmo que grosso, independentemente do seu grau, tal como saía destes lagares. Aquele que, provado com a ponta do dedo, fechava no seu paladar o círculo de identidades onde oliveiras, gentes ou lagares encontravam mundo, sentido e nome próprio.

Pedro Prista

Departamento de Antropologia do ISCTE
Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)

